

PROMOÇÃO de VERÃO

Toda coleção Verão Feminina adulto e infantil com desconto de **30% ou 10%**
à vista ou à prazo

E mais vários modelos com descontos de **50%** (à vista) e **30%** (à prazo)

C CENTER GALÇADOS Fone: (45) 3264-2829
Av. Brasília, 1463 - Sala 02 | Centro - Medianeira - PR

velho debate sobre a legalização do aborto no país.

Ainda que a prática seja um crime pelo código penal brasileiro salvo três exceções: gravidez provocada por estupro, risco de vida para a gestante e feto diagnosticado com anencefalia, gestantes estão, segundo a Folha de S. Paulo, buscando o aborto clandestino para interromper a gravidez. Ao mesmo tempo, de acordo com o Estadão, assim que algumas mulheres pernambucanas recebem o diagnóstico de microcefalia em seus bebês, os pais da criança estão abandonando esposa e cria.

O cenário é de medo e, para garantir a integridade da vida das mulheres que tentam abortar por causa da epidemia do vírus, um grupo de ativistas está redigindo uma ação ao Superior Tribunal Federal (STF) para alterar a lei referente à criminalização da prática no país.

A nossa proposta de ação não é só uma discussão sobre aborto, é também de uma política social focada para essas mulheres e essas crianças que venham a nascer", diz a antropóloga Débora Diniz, responsável pela PNA. Ela também colaborou com o grupo que moveu uma ação em 2012 para descriminalização de aborto em casos de anencefalia, mesmo grupo que articula o projeto atual referente à microcefalia.

A antropóloga garante que o projeto cobrará políticas de proteção social e cuidado para as mulheres que não optarem pelo aborto, uma vez que o contexto de epidemia evidencia a negligência do estado brasileiro em conter a propagação do mosquito. (Em outras palavras, segundo o texto, o governo tem culpa, sim, por não conseguir fazer com que a doença se alastre.)

O projeto deve passar por votação no STF e, caso aprovado pela maioria dos votos, passa a valer depois de divulgado no Diário de Justiça, como aconteceu em 2012 com os casos de anencefalia. A obrigação de dar continuidade à gravidez nesses casos foi considerada análoga à tortura, um crime segundo a Constituição Federal, pelo fato de causar sofrimento à gestante.

Ainda que a microcefalia por ora não possa ser associada à tortura, há exemplos internacionais que mostram que a legalização do aborto pode decorrer de uma epidemia. Nos anos 60, uma crise de rubéola pautou a legislação abortiva nos Estados Unidos. Semelhante ao que está acontecendo no Brasil, na época, milhares de crianças foram diagnosticadas com microcefalia e outras doenças neurológicas graves. Em 1972, a Suprema Corte americana decidiu que o aborto era um direito das mulheres e não poderia ser proibido durante o primeiro trimestre da gestação (12 semanas). O mesmo aconteceu no Reino Unido e na França.

No Brasil, independentemente da doença, a questão do aborto é urgente. A estimativa é de que sejam feitos cerca de um milhão de abortos clandestinos por ano no país. A Pesquisa Nacional do Aborto (PNA) aponta que pelo menos uma em cada cinco mulheres já passou pela experiência do aborto. Dados os números, é fácil deduzir que, mesmo criminalizado, o procedimento é uma prática consolidada em terras brasileiras. Quem pode pagar, faz. (Em São Paulo, um aborto clandestino feito por um médico em uma clínica razoável pode custar de 3 a 15 mil reais. Outra opção é o uso de medicamentos, como o misoprostol popularmente conhecido como cytotec que também têm o comércio criminalizado em território nacional.)

O problema está nas mulheres que não têm acesso a um bom sistema de saúde: o aborto, muitas vezes mal executado, é considerado a quinta maior causa de morte materna no mundo, segundo a OMS, além de encarcerar mulheres brasileiras por até três anos.

O que estamos vendo no país são formas muito graves, não só da microcefalia, como também a lesão do encéfalo"

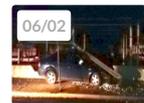
Não à toa, muitos médicos veem nesse cenário de epidemia um bom meio de legalizar o aborto no Brasil ainda que seja só em casos de risco de microcefalia. Thomaz Gollop é um deles. Ele afirma que a negligência do Estado é o maior argumento favorável à aprovação da medida de alteração da lei. Não é responsabilidade da grávida, não é justo fazer com que ela tenha que arcar com as consequências", diz. Uma autorização judicial, afirma, não significa que toda mulher tenha que interromper a gestação. "O que está se colocando é que ela deve ter o direito de decidir, na medida em que essas crianças terão um comprometimento neurológico extraordinariamente grave, para o qual você tem muito pouca ferramenta para resolver esse problema.

No cenário atual, a busca de mulheres brasileiras pelo aborto é quase como uma medida preventiva movida pelo medo, uma vez que, em pessoas adultas mesmo



REGIONA

STI: PRF ; com macç que trans trabalhac



MEDIANE

Motorist: colidir e c energia e Nazaré



REGIONA

Criança é carro e m Iguazu



SERRANCO IGUAÇU

Serranóp casos de (confirmar

grávidas, a infecção por zika dura poucos dias e não costuma deixar grandes sequelas. Só é possível saber se o feto será prejudicado quando a gravidez já está avançada, por volta da 28ª semana. O período ideal para um procedimento de interrupção da gravidez, é bom ressaltar, é de até 12 semanas. Quando feito após isso, a tentativa de aborto pode ser de alto risco de vida para a mãe e também para o feto, que já apresenta um desenvolvimento mais avançado.

O apoio estrangeiro e o impasse pró-vida

Enquanto há o impasse judicial, o suporte para gestantes brasileiras terem a opção de abortar tem vindo até de fora do país. Nessa semana, a ONG holandesa Women on Web voltou a enviar ao Brasil pelo correio comprimidos de mifepristona e misoprostol, duas substâncias que, combinadas, causam aborto. Junto da medicação, é inserido um folheto explicativo que detalha o procedimento e o que pode acontecer depois de ingerir o remédio.

Esperamos que essa emergência de saúde pública faça os órgãos brasileiros não confiscarem os pacotes, que eles possam ver o quão importante isso é para a saúde pública e o quão importante é as mulheres terem acesso a serviços de aborto seguro", disse Rebecca Gomperts, médica e fundadora da ONG, ao Motherboard. "As mulheres tentarão qualquer coisa para fazer um aborto, todo mundo sabe disso, e quando não têm acesso a um meio seguro, as mulheres morrem por nada. Ano retrasado, os pacotes começaram a ser interceptados na alfândega brasileira, obrigando o grupo a parar de enviá-los. Agora com o zika vírus, porém, a prática voltou a todo vapor e a organização espera compreensão para que os pacotes cheguem ao país.

Se médicos e especialistas em saúde pública do mundo todo acreditam que a escolha do aborto em casos de microcefalia é algo válido e importante, qual a dificuldade? Bem, entramos no velho debate que costuma pautar quase toda decisão eleitoral: a briga entre os pró-vida e os pró-escolha no Brasil. A bancada religiosa tenta aprovar projetos como o Estatuto do Nascituro, que nega o aborto em casos de estupro, e o PL N°5069/2015 que restringe o acesso à pílula do dia seguinte, de autoria do deputado Eduardo Cunha, inimigo número um das feministas.

"As mulheres tentarão qualquer coisa para fazer um aborto, todo mundo sabe disso, e quando não têm acesso a um meio seguro, as mulheres morrem por nada.

Simone Tavares, mãe em tempo integral de duas paratletas com microcefalia, está agitando no estado do Mato Grosso do Sul e em suas redes sociais uma campanha contra o aborto nos casos de microcefalia. "Defendo o direito da mulher decidir o que fazer do corpo dela, mas aí eu vi com o olhar de mãe essa história da microcefalia. Acredito que todo mundo tem direito de nascer, cada um tem sua missão e precisa passar por certos entendimentos, independentemente da deficiência, contou ao Motherboard.

O Dr. Gollop acredita que a procura pela interrupção da gravidez pode aumentar caso o projeto seja aprovado, mesmo com as campanhas desfavoráveis à prática. As estatísticas dos países que legalizaram o aborto, no entanto, mostram o contrário. Desde que foi aprovado o aborto no Uruguai em 2014, nenhuma morte por tentativa de abortamento foi registrada e a porcentagem de mulheres que levaram a gravidez adiante inclusive aumentou. Ano passado, aconteceram alguns ataques a clínicas de aborto nos EUA, mas as estatísticas ainda apontam que a legalização foi a melhor solução, uma vez que a medida é considerada questão de saúde pública. Uma coisa é certa: chegou a hora da questão ser discutida a sério na nossa legislação.

Fonte: Motherboard - Vice Brasil

MAIS FOTOS



Av. José Calegari, 820 - Sala 03 | (45) 3264-7569ENVIE SUAS FOTOS OU NOTÍCIAS PARA O GUIA!  045 8422 1348

1 comentário

Classificar por **Mais recentes**

Adicionar um comentário...

**Eugênio Pauli**

Secretário da CNBB: Aborto não é solução para microcefalia QUINTA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 2016, 10H00

Dom Leonardo destaca que é preciso combater o problema de fato, o Zika Vírus, e que posição da Igreja será sempre a favor da vida

Da redação, com Rádio Vaticano

Diante dos inúmeros casos de microcefalia ligados ao Zika Vírus, o debate sobre o aborto foi novamente introduzido como solução para as mães cujos bebês foram acometidos desse problema.

Em entrevista à Rádio Vaticano, o secretário geral da CNBB, Dom Leonardo Steiner, alerta que estão se aproveitando dessa situação dolorosa para tan... Ver mais

Curtir · Responder · 5 de fevereiro de 2016 19:24

 Facebook Comments Plugin**Entrar**

Para usar os plug-ins sociais do Facebook, é preciso estar usando o Facebook como Rebecca Comperts, em vez de como Women on Waves.

Guia Medianeira

Rua Rio Branco, 1900, Centro

 (45) 3264 - 1348 (45) 8422 - 1348

© 2015 - Guia Medianeira

